



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ITELVINA JOSÉ FERNANDES

**RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA AFRICANA DO UBUNTU, POLITICA DE
IGUALDADE DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

ITELVINA JOSÉ FERNANDES

**RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA AFRICANA DO UBUNTU, POLITICA DE
IGUALDADE DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de humanidades e letras UNILAB como requisito básico para a conclusão do Curso de bacharelado em humanidades

Orientador: Prof. Dr. Bas'llele Malomalo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

ITELVINA JOSÉ FERNANDES

RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA AFRICANA DO UBUNTU, POLITICA DE
IGUALDADE DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de humanidades e letras
UNILAB como requisito básico para a conclusão do Curso de bacharelado em humanidades

Aprovado em 28/07/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basílele Malomalo (Orientador)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Paulo Proença (Examinadora)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Pedro Leyva Acosta (Examinador)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	JUSTIFICATIVA	5
2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	5
3	HIPÓTESE	6
4	OBJETIVOS DA PESQUISA	7
5	REFERENCIAL TEÓRICO	7
5.1	FILOSOFIA AFRICANA DO UBUNTU	7
5.2	FEMINISTAS E FEMINISMO AFRICANO DO Matriarcado	9
5.3	IGUALDADE DE GÊNERO	10
5.4	MULHER, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	10
6	METODOLOGIA	12
6.1	COLETA DE DADOS DA PESQUISA	12
6.2	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS MATERIAIS COLETADOS	13
7	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 JUSTIFICATIVA

O meu interesse por este tema começou a partir de um projeto de iniciação científica, no qual trabalho com esta questão que é “Ubuntu, igualdade de gênero e o desenvolvimento em articulação com o feminismo africano do matriarcado”, onde o meu orientador me motivou a transformar esta investigação em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O macro-projeto coordenado pelo meu professor intitula-se: “Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, jurídica-política e ambiental do modelo desenvolvimentista ocidental: um olhar a partir da África e suas Diásporas”; e tem como metas: iniciar o/a bolsista à pesquisa científica; coletar os dados sobre as políticas de igualdade voltada para as mulheres africanas e relativo ao feminismo do matriarcado; motivar o bolsista a transformar o seu trabalho de investigação em Trabalho de Conclusão de Curso e, antes da finalização do projeto, a publicar um artigo junto com o orientador ou individualmente.

Como se sabe que assuntos como esses é um dos menos abordados no campo acadêmico e podemos assim considerá-los também como uma nova categoria da filosofia africana. É de grande importância este tema para as sociedades africanas, sobretudo para as mulheres e principalmente no que diz respeito às suas emancipações. Também tem uma grande relevância na academia por ser um tema menos debatido e pouco conhecido, tanto nas sociedades africanas e assim como nos demais sociedades, nesta perspectiva que estamos trabalhando e com o intuito de trazer as inovações científicas para esse campo de pesquisa.

2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Em um painel paralelo da ONU Mulheres e do Banco Mundial sobre financiamento para igualdade de gênero de julho de 2015, Ban Ki-moon (NEGERI, 2015) declarou que faltam investimentos para promover a paridade de direitos entre homens e mulheres. Ele disse que lacunas persistentes em igualdade de gênero têm sido uma barreira para o cumprimento pleno de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). E ainda lembrou que, atualmente, menos de 10% da assistência oficial ao desenvolvimento é voltada para mulheres. O então secretáriogeral da ONU afirmou ainda que muitas políticas de igualdade de gênero acabam por não sair do papel por falta de recursos para o continente africano.

A fala do secretário só destaca um dos problemas maiores que afetam o continente africano: a desigualdade de gênero. Para superar essa questão a União Africana tem tratado o

problema das mulheres africanas como umas das suas prioridades por considerar que a sua emancipação afetará positivamente o desenvolvimento do continente (UA, 2013). Dessa forma, a elaboração de instrumentos teóricos, jurídicos, políticos e econômicas para a libertação de mulheres africanas são indispensáveis (UA, 2003, 2004, 2009).

As perguntas que norteiam essa pesquisa são essas: Quais são os principais conceitos da filosofia do ubuntu em geral e em particular em relações ao gênero? De que maneira estudiosos/as africanos/as tratam a questão de gênero em África? Qual é a contribuição das mulheres africana na elaboração dos documentos e instrumentos jurídicos que diz respeito a sua emancipação? O que há de ocidente e do africano dentro desses documentos? De que maneira pensamento feminista africana é aproveitado para evolução de igualdade de gênero em África?

3 HIPÓTESE

União, harmonia, coletividade e humanidade são conceitos da filosofia do Ubuntu. Traduzem a ideia de comunhão do indivíduo para com a comunidade; em relação ao gênero, ser-sendo, não está separado por 'gênero' (OYÈRÓNKÉ, 2004). Tudo está conectado uma unidade só: isso é o Ubu-ntu (RAMOSE, 2011).

Nesse mesmo contexto que Oyéwùmi Oyèrónké (2004) feminista nigeriana, observa que os estudiosos tratam a questão de gênero como um caso especial e particularmente das mulheres, tendo em consideração a particularidade de suas sociedades. E as feministas africanas têm usados seus poderes recém-adquiridos para transformar o que antes eram vistos como os problemas particulares das mulheres em questões públicas. Elas mostram como problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social.

Baseando nos trabalhos feitos por alguns autores/as no qual temos em posse, podemos constatar que provavelmente tem pouca participação das mulheres africanas nas elaborações dos documentos jurídicos no que diz respeito à sua emancipação, a nossa hipótese é que tudo isso é devido à desigualdade gênero vivenciada pelas mulheres africanas. Ou seja, muitas sociedades africanas atualmente são de linhagem patriarcal, onde o lugar da mulher é determinado com menos oportunidades que os homens; as suas invisibilidade são comuns. Enfim, a discriminação sexual é presente em quase todas as esferas sociais do continente

Supomos que tem uma grande influência do Ocidente nos documentos jurídicos africanos, sobretudo na questão de gênero, como se sabe que o continente africano foi vítima de uma

colonização europeia que perdurou durante um longo período. Nesse sentido é que Oyèrónké interroga o gênero e conceitos aliados com base em experiências e epistemologias culturais africanas, por considerar a hipótese de que entram certas influências tradicionais africanas, ela ainda vem ressaltar que, na verdade o privilégio de gênero masculino, como uma parte essencial do *ethos*, é do ocidente, e está consagrado na cultura de modernidade europeia. “Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta a nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana” (OYÈRÓNKÉ, 2004).

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral deste trabalho se baseia em analisar a relação existente entre a filosofia africana do Ubuntu, gênero e o desenvolvimento na África.

Objetivos específicos são seguintes: a) Compreender a relação existente entre Ubuntu e as teorias de gênero do feminismo africano do matriarcado e do feminismo africano ocidental; b) Analisar os documentos da União Africana (Agenda da União Africana de 2063, Protocole à la charte africaine des droits de l’homme et des peuples relatif aux droits des femmes, Maputo, 2003) e do Banco Africano do Desenvolvimento (Autonomiser les femmes: Indice de genre en Afrique, 2015).

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 FILOSOFIA AFRICANA DO UBUNTU

Sabe-se que etimologicamente, a filosofia significa amor à sabedoria, e a experiência humana é o caminho inescapável para o começo dessa caminhada à sabedoria, pois onde quer que haja um ser humano, há também experiência humana, nesse sentido, filosofia existe em todo lugar, cada sociedade tem a sua filosofia de vida, ou seja, a filosofia não é universal, mas sim pluriversal. Não obstante, a filosofia africana é tão antiga tanto quanto o próprio continente (RAMOSE, 2011).

Ubuntu é uma palavra que existe em duas línguas étnicas da África austral, ‘línguas bantas’ (Zulu e Xohsa), mas, que seu espírito está presente quase em todo continente africano, pois, exprime a compreensão de relação do indivíduo e a comunidade, a ideia de coletividade, um

conceito moral, uma filosofia, um modo de viver, que se contrapõe ao individualismo existente nas sociedades capitalistas neoliberal (RAMOSE, 2011).

Kwame Gyekye (2002), em seus trabalhos, mostra o quanto muitas das sociedades tradicionais africanas caracterizam-se pela ideologia do comunitarismo, onde a influência do grupo predomina sobre o indivíduo tem grande peso. Retomando Senghor afirma que as sociedades negro-africanas colocam mais pressão sobre o grupo do que sobre os indivíduos, mais na solidariedade do que sobre as atividades e necessidades do indivíduo, mais na comunhão das pessoas do que em sua autonomia.

Kwame Gyekye (2002, p. 298) argumenta ainda que uma pessoa é por natureza um ser social comunal e é claro que possui outros atributos também, mas o pensamento africano considera a personalidade como algo definido ou conferido pela comunidade e como algo que não deve ser adquirido pelo indivíduo. Como se verifica na etnia Akan, se a pessoa for “egoísta, orgulhoso, problemática, não respeita os outros” não será considerado “um ser humano”. Ele é uma pessoa só se tiver reunido estas características, ter uma bom caráter, ser pacífica, não problemática, ter respeito pelos outros, humilde enfim, ser essencialmente boa.

Ubuntu para Ramose é uma palavra no modo conjuntivo (gerundivo) e abstrato e que exprime a filosofia praticada pelos povos da África austral como já tínhamos referido a pouco, falantes do Bantu. Ele compartilha o caráter de gerundivo (gerundive), isto é, a ideia de tornar-se, Ser (be-ing) e ser como manifestações do movimento como princípio do Ser em construção (RAMOSE, 2011, p. 12).

Para o mesmo Ramose (2011) Ubuntu é, na verdade, duas palavras em uma. Consiste no prefixo ubu- e a raiz -ntu. Ubu- evoca ideia geral de ser-sendo. Disse ele ainda que Ubuntu é o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da ex-istência de uma entidade particular. Ubu- como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, continua incessante por meio de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, ubu- está sempre orientado em direção a -ntu. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre ubu- e ntu. Ubu- e -ntu não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliável mente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como un-idade indivisível. Portanto, ubu-ntu é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua bantu.

5.2 FEMINISTAS E FEMINISMO AFRICANO DO MATRIARCADO

Primeiramente matriarcado se conceitualiza em reconhecer uma determinada localidade onde o poder e liderança são controlados por mulher. Nas sociedades matriarcais a mulher, sobretudo mãe da comunidade, é centralizada como o pilar da sociedade. Nas sociedades euro-americanas a família ou núcleo familiar é constituído por pai, mãe e filhos, como diz Oyèrónké (2004), a família nuclear é uma família generificada por excelência com uma casa unifamiliar, é centrada por uma mulher subordinada, um pai marido patriarcal, e as filhas e os filhos. Acrescentou outra dimensão para as razões pelas quais o gênero não deve por seu valor nominal, ser tomado por seu valor nominal e, particularmente é uma forma euro-americana, diferente das sociedades tradicionais africanas, apesar de esta forma de famílias estar cada dia mais alienígena aos africanos, clara, por conta de uma colonização europeia e neo-colonização.

Ela ainda fez uma abordagem sobre a questão de gênero, família nuclear e conceitos aliados com base em experiências e epistemologias culturais africanas, trazendo um exemplo, de uma tribo de sudoeste da Nigéria (Iorubá), onde os papéis ou laços de parentesco não são diferenciadas por gênero, portanto, os centros de poder dentro de família são difusas e não são especificados pelo gênero.

Dentro da família Iorubá, ‘Omo’, a nomenclatura que para criança, é melhor traduzida como prole. Não há palavra que denotem individualmente menina ou menino em primeira instancia. No que diz respeito às categorias do marido e esposa dentro da família, a categoria ‘Okó’, que nomeadamente é registrada como marido em Inglês, não é especificada por gênero, pois abrange ambos machos e fêmeas. [...] Se havia um papel-identidade que definia fêmea era a posição de mãe. Dentro da casa, os membros são agrupados em termos de diferentes unidades mãe-filhas/os descritos como omoya; literalmente, irmãos filhos de uma mesma mãe-ventre. Por causa de matrifocalidade de muitos sistemas familiares africanas, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas. (OYÈWÙMÍ, 2004. p. 6-7).

Amaduime (s/d., p. 8) corrobora essa afirmação quando ressalta que vem reforçar que o Igbo do sul da Nigéria não faz distinção entre masculino e sujeito feminino e pronomes objeto (\emptyset significa que ele ou ela; \emptyset ya, significa que é ele ou é ela em Igbo) e isso nos permite ver e abordar uma mulher ocupando um papel tipicamente visto como um homem sem restrições de linguagem e estigma.

5.3 IGUALDADE DE GÊNERO

A luta pela igualdade de gênero e reconhecimento das mulheres em toda esfera social no mundo, é uma demanda que não só tem preocupado as mulheres, mas, também as Organizações dos Direitos Humanos. As mulheres têm feito sucessivas lutas em defesas dos seus reconhecimentos como seres humanos dignos e pelas oportunidades iguais na sociedade, mas, parecem cada vez mais redutoras devidas décadas da existência dos movimentos políticos, sociais e filosóficos que defendem igualdade entre homens e mulheres.

A palavra ‘Gênero’ gramaticalmente significa conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades. Apesar desta palavra ser usada muitas das vezes em simultânea, à mulher, por conta de certos adjetivos em qualificação a mulher, - não é à toa que mulher e gênero são praticamente termos sinônimos em muitos estudos que pretendem ser sobre relações de gênero (que na verdade deveriam incluir homens e mulheres). (OYÈWÚMÍ, 2000, p. 2).

Manuela Borges (2006) fez uma elaboração do conceito de gênero, distinguindo as construções culturais, sociais e históricas sobre os papéis, comportamentos, atributos e ideologias, masculinas e femininas. Toma em conta a variabilidade cultural das identidades de gênero, em que a um mesmo gênero pode ser associado mais que a um sexo, como por exemplo, as “mulheres maridos” e “homens filhas” descritos entre os Igbo do sudeste da Nigéria, por Ifi Amadiume.

Entretanto, apesar da existência da invisibilidade da mulher ao longo de décadas, é conveniente recordar o papel da mulher africana na luta pela liberdade de suas nações. José Gama (2006) traz a história de uma das heroínas mais conceituada de Angola de nome Deolinda Rodrigues, uma mulher que lutou pela sua pátria como Nelson Mandela, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah. Não obstante, a história de Deolinda é praticamente inédita assim como de muitas mulheres que contribuíram para os seis países.

5.4 MULHER, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A partir de um breve estudo feito, constatamos o número elevado das meninas e mulheres com baixo nível de escolaridade em relação aos rapazes e aos homens, por vários motivos de dominação masculina sobre mulheres. Trazemos um caso específico do continente africano. Na Guiné Bissau, os homens são mais privilegiados na educação que as mulheres, principalmente na era colonial. Manuela Borges (2006) argumenta que são vários fatores que entram em jogo

para se explicar essas desigualdades de gênero nas escolas, na cabeça dos quais identifica-se o que se chama de “constrangimentos culturais”, isto é, a “tradição africana” que, segundo um dos argumentos, valoriza relativamente mais os homens que as mulheres, restringidas à vida doméstica, e defende-se pelo contrário, que essa marginalização não é produto de uma qualquer vaga e imprecisa “tradição africana”, mas que resulta de fatores histórico-culturais, tais como a interação entre as práticas patriarcais europeias e as africanas, que se reforçaram mutuamente, tendo resultado no enfraquecimento do estatuto e autonomia social feminina, durante a “situação colonial.

As feministas humanistas apostam na educação igualitária como uma forma de emancipação das mulheres do jugo da dominação masculina.

As feministas humanistas, inseridas na perspectiva dominante sócio-liberal, acreditam e lutam pela igualdade plena entre homem e mulher. Igualdade de oportunidades, sobretudo, mas também igualdade nos resultados. Exigem igualdade política, assumindo a luta contra a discriminação. Corporizam uma subjetividade política igualitária, neutra abstrata e universal, baseada na crença na racionalidade livre e universal de todos os seres humanos. Em termo de representatividade política para as mulheres, as suas propostas enfatizam o quebrar de barreira, a educação e a socialização e a criação de infra-estruturas de apoio familiar, por exemplo. Esta perspectiva oferece uma concepção normativa e passiva de cidadania, baseada na reclamação de direito de participação igual, ainda que os cidadãos não assumam as necessidades e a responsabilidade de exercitá-los. (MACEDO, 2006, p. 24)

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016) avalia os motores políticos, econômicos e sociais que travam o avanço das mulheres africanas e propõe políticas e ações concretas para acabar com a desigualdade de gênero. Obstáculos estruturais fortemente enraizados, como a distribuição desigual de recursos, poder e riqueza, aliados a instituições e normas sociais que sustentam a desigualdade, estão a travar o progresso das mulheres africanas e também de outros continentes. De acordo com o relatório, calcula que um aumento de 1% na desigualdade de gênero reduz o Índice de Desenvolvimento Humano de um país em 0,75%.

O relatório (PNUD, 2016) ainda mostra que apesar de 61% das mulheres africanas estarem a trabalhar, estas ainda enfrentam a exclusão econômica, já que os seus trabalhos são mal pagos e subvalorizados, além de se concentrarem principalmente no setor informal. As mulheres africanas detêm 66% do total de postos de trabalho no setor informal não agrícola e ganham apenas 70 cêntimos por cada dólar ganho pelos homens. Apenas 7 a 30% do total de empresas privadas contam com uma diretora do sexo feminino. Sabendo que a mulher tem menos chance em ocupar uma posição chave ou topo do serviço em relação ao homem, mesmo

se ambos têm um mesmo nível do estudo ou até se a mulher tem apresentado mais qualidades para exercer a tal função, acaba ser exercido por homem muitas das vezes.

Uma das principais revelações do relatório (PNUD, 2016) é que se calcula que o total de perdas econômicas anuais devidas à desigualdade de gênero no mercado de trabalho tenha ascendido aos 95 mil milhões de dólares por ano desde 2010 na África Subsaariana e que pode ter-se situado nos 105 mil milhões de dólares, ou o equivalente a 6% do PIB da região, em 2014. Quer dizer que, caso as mulheres venham a participarem em pé de igualdade com os homens no mercado de trabalho formal, lógico que o desenvolvimento econômico do continente não seria o mesmo.

6 METODOLOGIA

Retomo aqui, com a autorização do meu orientador, a sistematização feita por ele junto conosco sobre a metodologia da pesquisa que empregaremos. Ela é interdisciplinar seguindo os princípios de Estudos de humanidades, Estudos Africanos, Estudos do desenvolvimento e de gênero. Privilegia-se uma combinação de abordagens diferentes na coleta e interpretação de dados. Além disso, compreende a necessidade de se introduzir uma perspectiva africana de gênero na coleta e tratamento dos materiais coletados.

6.1 COLETA DE DADOS DA PESQUISA

A coleta de dados será feita a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Segundo Carlos Gil (1996), a primeira modalidade desenvolve-se a partir do material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. As fontes bibliográficas que nos interessam são artigos ou livros produzidos por especialistas da dos Estudos Africano que abordam diretamente ou indiretamente a temática de Ubuntu saberes endógenos, desenvolvimento, equidade de gênero em África. São textos impressos ou eletrônicos que procuraremos nas bibliotecas ou nos bancos de dados da internet. Nesse contexto os filósofos de Ubuntu, Ramose e Malomalo e as feministas africanas do matriarcado foram escolhidos/as como os/as referenciais teóricos dessa investigação já como foram anunciados anteriormente.

Gil (1996) aponta que a pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. Porém, a diferença essencial entre as duas abordagens está na natureza das fontes. Enquanto a essa última utiliza-se, fundamentalmente, das contribuições dos autores sobre determinado

assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, ou que ainda possam ser reelaborados, de acordo com os objetivos da investigação. Outra diferença observada por ele, entre ambas é que, geralmente, as fontes da pesquisa bibliográfica são constituídas, sobretudo, de material impresso que são colocadas nas bibliotecas, e hoje, em dia em documentos eletrônicos; já as fontes da pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas; são localizadas nos arquivos das instituições não acadêmicas do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Quanto à construção, a pesquisa documental é feita, ora a partir dos documentos de primeira mão, fontes primárias que não receberam ainda nenhum tratamento analítico-teórico (cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, folhetos), ora a partir de documentos de segunda mão, fontes secundárias que, de alguma maneira, já foram analisadas, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas etc.

6.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS MATERIAIS COLETADOS

Tendo em conta seus objetivos gerais e específicos, essa pesquisa procederá de duas formas na análise e na interpretação de seus dados: o uso do Método de Interpretação de Sentidos e da Avaliação da Quinta Geração. Entendemos a análise como um primeiro para a organização do material coletados, e a interpretação como o momento de sua sistematização dentro do quadro teórico para a compreensão dos sentidos das ações dos agentes sociais ou suas práticas.

O Método de Interpretação de Sentidos inspira-se da perspectiva metodológica que defende que o objetivo de ciências sociais é compreender o sentido das ações ou práticas dos agentes sociais. Nesse contexto, a sociologia compreensiva de Max Weber, a antropologia interpretativa de Clifford Geertz e a sociologia do poder simbólico de Pierre Bourdieu são suas referências teóricas (MALOMALO, 2010).

Romeu Gomes e seus colegas (2012) de pesquisa entendem que há uma diferença entre a análise e a interpretação. A primeira consiste na organização do material coletado pelo pesquisador. A interpretação seria ir além do significado que o material nos fornece.

A Avaliação da Quinta Geração é empregada, geralmente, para se avaliar cientificamente os projetos ou programas sociais, enquanto práticas sociais. Nesse sentido, a avaliação insere-se, no que Thomas Chianca e companheiros (2001) chamam de pesquisa avaliativa, pois visa à produção de conhecimento. Diferencia-se de avaliação enquanto instrumento de prestação de

conta sobre a eficácia, a eficiência ou o impacto de um programa social para os órgãos de fomento. Avaliar, para os pesquisadores de ARUC-ÉS, significa elaborar julgamento científico sobre uma determinada prática social. No caso desta pesquisa, programas ou projetos de desenvolvimento sustentável, equidades de gênero, na África, são vistas como práticas sociais. Como discurso científico, a Avaliação da Quinta Geração tem implicações políticas sobre os programas e a vida social dos sujeitos implicados neles.

A Avaliação da Quinta Geração coloca então no pano de fundo a questão de articulação entre os atores e o sistema. Constitui um caminho de questionamento sobre a ação global de uma sociedade sobre um ponto de vista particular: o desenvolvimento cultural, a qualidade de vida de um bairro, um setor de atividades econômicas ou um problema social. (FONTAN; LACHANCE, 2005.).

Para Malomalo (2010), a Avaliação da Quinta Geração exige que se conceba o instrumento avaliativo e as ações a serem avaliadas, bem como os programas, como construções e práticas sociais e historicamente, contextualizadas. O foco da avaliação deve ser a valorização recíproca dos saberes acadêmico e dos saberes locais, das populações, dos movimentos sociais e comunitários, das empresas e governos que movem a construção dos programas sociais.

Para cumprir os objetivos da Avaliação da Quinta Geração é preciso se construir um determinado número de critérios ou indicadores, conforme, as necessidades da pesquisa. Essa nossa pesquisa fundamenta a construção de seus indicadores, na perspectiva do que Pierre-Matieu Le Bel e seus companheiros (2004) chamam de quadro temático de um desenho de análise de programas. Malomalo (2010) dialogando com estes autores e Jean-Marc Fontan e Éline Lachance (2005) chegou a identificar oito indicadores que podem servir de suporte para uma avaliação cientificamente sustentada; e entende que a avaliação de cada um deles nos introduz dentro de um tema a ser analisado como uma prática social na sua totalidade.

7 CRONOGRAMA

ANO/SEMESTRE	2016		2017	
	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre
Participação no macro-projeto sobre Ubuntu; grupos de estudo; orientações	x	x	X	X
Levantamento do material de pesquisa; fichamento do material	X	X	x	x
Elaboração; apresentação do projeto	X	X	X	x

REFERÊNCIAS

- AKIN-AINA, Sinmi. Beyond an Epistemology of Bread, Butter, Culture and Power Mapping the African Feminist Movement. In : Nokoko - Institute of African Studies Carleton University (Ottawa, Canada), Fall 2011 (2), p. 65-88.
- ADESINA, Jimi. Prática da sociologia africana : Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012. pp. 195-210.
- AMADIUME, Ifi. *Reiventing Africa: Matriarchy, religion and culture*. 2th. Ed. London/New York: Zed Book, 1997/2001.
- AMADIUME, Ifi. 6th Ed. *Male daughters, femele husbands : gender and sex in Africa society*. London/New York: Zed Book, 1987/1998.
- AMADIUME, Ifi. Sexuality, African Religio-Cultural Traditions and Modernity: Expanding the Lens. Disponível em : <http://www.arsrc.org/downloads/features/amadiume.pdf>. Acessado em 25 jun. 2017.
- AFRICAN RENAISSANCE and Ubuntu philosophy. Especial issue. In : QUEST An African Journal of Philosophy Vol. XV No. 1-2, 2001, pp. 1-157. Disponível em : <http://www.quest-journal.net/2001.htm> . Acessado em 19 jun. 2016.
- DIOP, Cheikh Anta. *L'unité culturelle de l'Afrique noire*. Paris : Présence Africaine, , 1959/1982.
- FALOLA, Toyin. *The power of african cultures*. New York : University of Rochester, 2008.
- FAVREAU, Louis; FRECHETTE, Lucie; LACHAPELLE, René. *Coopération Nord-Sud et développement : Le défi de la reciprocité*. Québec: Presse Universitaire du Québec, 2008.
- FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: Uma experiência comparada entre Guiné-Bissau E Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 909-927, setembro-dezembro/2016.
- FONTAN, Jean-Marc; LACHANCE, Éline. Pour une évaluation de cinquième génération, 2005, p. 1-23. Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 de abril de 2006.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas S. A., 1996.
- BORGES, Manuela. Educação e gênero: assimetrias e discriminação na escolarização feminina em Bissau. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 72-88.
- HENRIQUES, Isabel Castro. Prólogo. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 9-12.

IGLÉSIAS, Olga. Na entrada do novo milénio em África: que perspectiva para a Mulher moçambicana. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 135-154.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 51-68.

GAMA, José. A dimensão intelectual de Deolinda Rodrigues. In: MATA, Inocência;

PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 69-72.

MACEDO, Eunice et al. Por outras formas de Ser e Estar: mulheres, participação e tomada de decisão. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 21-34.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante MACEDO, Eunice. Introdução. In: IDEM. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 13-20.

MALOMALO. Bas ́llele. Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, política e ambiental do modelo desenvolvimentista: um olhar a partir da America latina e de África, 2017; em prelo.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: Mazrui, Ali A., Wondji, Christophe (ed.). *História geral da África*, VIII<África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p.1-29.

PINTO, Alberto Oliveira. O colonialismo e a ‘coisificação’ da mulher no cancionário de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 35-50.

GYEKYE, Kwame. P. Pessoa e comunidade no pensamento africano. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 297-312. Tradução para uso didático por Thiago Augusto de Araújo Faria.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 79-107.

HOUNTOUNJJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 149-160.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África: Entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Una comparación entre ubuntu como antología relacional en la filosofía africana bantú y el planteamiento nosótrico. Su relevancia en estudios sobre afrodescendientes. Fundación Sur, 10 julio 2013, p. 49-57. Disponível em: <http://www.africafundacion.org/spip.php?article14940>. Acessado em 17 fev. 2013.

LE BEL, Pierre-Mathieu et al.. Le portrait des portraits: propositions méthodologiques pour l'élaboration d'un portrait régional de l'économie sociale, 2004.

MALOMALO, Bas'Ílele. Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Araraquara: UNESP, 2010.

_____, Bas'Ílele. *Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014a.

MATA, Inocência ; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007.

OYEWUMI, Oyeronke. *African Woman & Feminism : Reflecting on the politics of sisterhood*. Trento/Eritreai: Africa Worls Press, 2003.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of Woman: Making na african sense of wester gender discourses*. Mineapolis : University of Minnesoto Press, 1997.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de:

_____. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Traduzido por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <http://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em: 10 abril 2017.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático. Traduzido por Aline Matos da Rocha. Disponível em: <http://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em: 10 abril 2017.

OBENGA, Théophile. *L'Égypte, la Grèce et l'école d'Alexandrie: histoire interculturelle dans l'antiquité aux souces égyptiennes de la philosophie grecque*. Paris: Khepera/L'Harmattan, 2005.

_____. *Pour une nouvelle histoire*. Paris: Présence Africaine, 1980.

SANTOS, B. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Publicado em Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003b. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/pt/artigos.htm>. Acessado 2 set. 2007.

_____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol 23, n. 1, jan/jun. 2001, pp. 7-34.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e estudo da filosofia africana. In: Ensaios Filosóficos, Volume IV - outubro/2011, pp. 9-25. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acessado em 17 fev. 2016.

_____. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de : RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

_____. *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos. Disponível em: <http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acessado em 17 fev. 2016.

Documentos e sites

African Women's Development Fund. Disponível em : <http://awdf.org/>. Acessado em 10 maio 2017.

BAD (Banque du Développement Africain) e gênero. Disponível em : <https://www.afdb.org/fr/topics-and-sectors/sectors/gender/>. Acessado em 17 maio 2017.
AFRICAN FEMINIST FORUM. Disponível em : <http://www.africanfeministforum.com/>. Acessado em 17 maio 2017.

BAD. Autonomiser les femmes africaines: Plan d'action – BAD, 2015. Disponível em : https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African_Gender_Equality_Index_2015-FR.pdf. Acessado em 10 maio 2017.

BAD. COP 22 AFRICA IN ACTION – Inclusive climate financing. Marakech, November 7-8, 2016.
https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Inclusive_Climate_Financing.pdf. Acessado em 10 maio 2017.

CARTA DOS PRINCÍPIOS DAS FEMINISTAS AFRICANAS. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/AFF-Feminist-Charter-Digital-%E2%80%93-Portuguese.pdf>. Acessado em 13 maio 2017.

MO IBRAHIM FOUNDATION. Disponível em : <http://mo.ibrahim.foundation/>. Acessado em 17 maio 2017.

NEGERI, Tiksa. Desigualdade de gêneros barra o desenvolvimento, diz ONU. Publicado em 15-07-2015 Modificado em 15-07-2015 em 16h19min.
Disponível em: <http://br.rfi.fr/africa/20150715-desigualdade-de-generos-e-barreira-para-o-desenvolvimento-diz-onu>. Acessado em 21 de jul. 2016.

OSSA/ONU (Office of Special Adviser in Africa). Disponível em: <http://www.un.org/fr/africa/osaa/peace/women.shtml>. Acessado em 20 maio 2017.

SALAMI, Amina. Uma breve história do feminismo africano. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-historia-do-feminismo-africano>. Acessado em: 10 abril 2017.

PNUD. Desigualdade de gênero custa à África Subsaariana 95 mil milhões de dólares por ano: novo relatório do PNUD. 28 de ago. 2016. Disponível em: <http://www.ao.undp.org/content/angola/en/home/presscenter/pressreleases/2016/08/28/desigualdade-de-g-nero-custa-frica-subsaariana-95-mil-milh-es-de-d-lares-por-ano-novo-relat-rio-do-pnud.html> . Acessado em 25 jun. 2017.

SALAMI, Amina Sete Questões-Chave No Pensamento Feminista Africano. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/3/14/sete-questes-chave-no-pensamento-feminista-africano>. Acessado em: 10 abril 2017.

THE DAKAR PLATFORM FOR ACTION. UN/Commission on Status of Woman. (1994). Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/1995/5/Add.2. Acessado em: 10 abril 2017.

THE BEIJING PLATFORM FOR ACTION (1995). Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.177/20/Rev.1. Acessado em: 10 abril 2017.

CEDAW (The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women), adopted in 1979 by the UN General Assembly. Disponível em : <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>. Acessado em 10 maio 2017.

RESOLUTION 1325 (2000) ON Women Peace and Security, Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on 31 October 2000. Disponível em : [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)). Acessado em 10 maio 2017.

UA (African Union Commission). Le Protocole à la Charte africaine des droits de l'homme et des peuples relatif aux droits de la femme en Afrique. Maputo, 11 juillet 2003. Disponível em : <http://www.achpr.org/fr/instruments/women-protocol/>. Acessado em 10 maio 2017.

UA (African Union Commission). La Déclaration solennelle sur l'égalité entre les hommes et les femmes en Afrique, Adis Abeba, 6 à 8 juillet 2004. Disponível em : <http://www.achpr.org/fr/instruments/declaration-on-gender-equality-in-africa/>. Acessado em 10 maio 2017.

UA (African Union). Union African Gender Policy. 2009. Disponível em : http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/gender_policy_2009.pdf. Acessado em 10 maio 2017.

UA (African Union Commission). Implementation of the Women, Peace, and Security Agenda in Africa. Office of the Special Envoy on Women, Peace and Security of the Chairperson of the African Union Commission (AUC), Addis Ababa, Ethiopia, 2016. Disponível em : <http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/pubs/2016womenpeacesecurity-auc.pdf>. Acessado em 10 maio 2017.

UA (African Union Commission). Agenda 2063: África que queremos [versão popular]. 23 de maio de 2013. Disponível em: https://www.au.int/web/en/Agenda2063/popular_version. Acessado em 10 maio 2017.

UBUNTU. Entrevistas publicadas pela Revista do Instituto Humanitas Unisinos em 06 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3687&secao=353. Acessado em 17 fev. 2016.